

## Reflexões sobre saúde sexual e sexualidade: abordagens práticas e a compreensão de professores do ensino fundamental II

Murilo Martins Eliseu<sup>1</sup>

Yalin Brizola Yared<sup>2</sup>

Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes<sup>3</sup>

### Resumo

Pesquisa com docentes da Rede Municipal de Ensino de uma cidade ao Sul de Santa Catarina e que investigou como a saúde sexual e a sexualidade são abordadas por estes/as no Ensino Fundamental II. Metodologia orientada pelo paradigma materialismo histórico-dialético, com uso do método dialético para a análise da realidade, com uso de questionário semiestruturado para a coleta de dados e da técnica de análise de conteúdo. Evidenciou-se que “saúde sexual” e “sexualidade” permanecem sendo abordadas pelo currículo oculto. Participantes sinalizaram falta de preparo para lidar intencionalmente com a Educação Sexual, reflexo da ausência de formação inicial e continuada. Espera-se que o estudo auxilie na formação docente promovendo intervenções comprometidas com uma Educação Sexual emancipatória e com o pensamento crítico.

*Palavras-chave:* Educação Sexual Emancipatória; Saúde Sexual e Sexualidade; Formação de Professoras/es; Práticas em Educação Sexual; Currículo Oculto.

### Reflections on sexual health and sexuality: practical approaches and the understanding of fundamental education teachers II

### Abstract

Research with teachers from the system municipal education of a city in the south of Santa Catarina and which investigated how sexual health and sexuality are addressed by them in Elementary School II. Methodology guided by the historical-dialectical materialism paradigm, using the dialectical method for the analysis of reality by a semi-structured questionnaire for data collection and content analysis technique. It became evident that “sexual health” and “sexuality” are still addressed by the hidden curriculum. Participants signaled a lack of preparation to deal intentionally with Sex Education, a reflection of the lack of initial and continuing education. It is hoped that the study helps in teacher training by promoting interventions committed to an emancipatory Sexual Education and critical thinking.

*Keywords:* Emancipatory Sex Education; Sexual Health and Sexuality; Teachers Training; Sexual Education Practices; Hidden Curriculum.

## Introdução

A enorme parcela de doenças e infecções entre os jovens pode representar a ausência de uma abordagem intencional e efetiva sobre sexualidade nas escolas que promova a saúde sexual e reprodutiva desse público. Segundo dados do Ministério da Saúde, de 2005 a 2016 o número

<sup>1</sup> Fundação Bradesco, Laguna/SC, murilomartins.lg@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Tubarão/SC, yalinbio@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis/SC, patricia.mendes@udesc.br

de jovens do sexo masculino infectados pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) aumentou de 2,4 para 6,9 casos por 100 mil habitantes (BRAGA, 2018).

Assegurar a saúde sexual e reprodutiva de jovens e adolescentes faz sentido econômico e social: a infecção pelo HIV, a gravidez não planejada, as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e o aborto não seguro são um gravame avultado sobre vidas, famílias e recursos públicos, mas que pode ser evitado e contido. Somados a isso, outros fatores também podem influenciar a qualidade da saúde de jovens e adolescentes, como o *bullying*, o preconceito, a violência sexual, física e/ou psicológica, muitas vezes direcionada à orientação sexual dos sujeitos, sendo esses os principais motivos que levam muitas/os adolescentes ao suicídio e à automutilação nos dias atuais.

Em relação à vida sexual, um estudo realizado com quase cinco mil jovens e adolescentes em três capitais brasileiras mostrou que a média de idade da iniciação sexual era de 17 anos para jovens do sexo feminino e 16 anos para jovens do sexo masculino (HEILBORN et al., 2006). Estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2008) evidenciaram que 22% das/os adolescentes iniciaram sua atividade sexual aos 15 anos de idade e concluiu que a precocidade está associada a comportamentos de risco, níveis altos de embriaguez, saídas frequentes à noite com amigos e, ainda, queixas psicossomáticas entre meninos e baixa qualidade de vida associada à saúde das meninas. Mais recentemente, o IBGE avaliou indicadores da PeNSE (Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar) em que uma pesquisa realizada entre 2009 e 2019 com estudantes do 9º ano das capitais revelou a diminuição do uso de preservativos nas relações sexuais (VIECELI, 2022). Dados que aumentam a preocupação com a vida sexual de jovens e adolescentes, pois aponta a maior exposição à riscos.

Diante desse quadro de vulnerabilidades, o uso inadequado do preservativo também se apresenta como um fator a ser considerado, o que pode gerar consequências como gravidez não planejada (podendo levar a abortos não seguros), IST's e HIV. Lembramos, contudo, que a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, trata desde os anos 1990 sobre a importância e o direito da população ao planejamento familiar. Especificamente, o artigo 9º dá plenos direitos e acesso aos brasileiros a métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, o presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa que tem como objetivo investigar como as temáticas 'saúde sexual' e 'sexualidade' estão sendo abordadas

pelos/as professores/as do Fundamental II da Rede Municipal de uma cidade do sul de Santa Catarina. O estudo foi desenvolvido no contexto de um Grupo de Pesquisa de um Programa de Pós-Graduação em Educação de uma universidade do sul do país, realizado junto a docentes de uma rede municipal de ensino de uma cidade interiorana recém-emancipada.

As inquietações com a temática surgiram a partir da vivência do primeiro autor após nove anos como professor de Matemática na Educação Básica, observando diversos desafios que envolviam a sexualidade e a saúde sexual na escola, inclusive presenciando, em alguns casos, a responsabilidade atrelada aos docentes da área de Ciências. Com isso, nos questionamos: Como a saúde sexual e a sexualidade estão sendo abordadas pelas/os professoras/es da referida rede municipal de ensino?

### Breve enquadramento teórico

Compreendemos que a sexualidade é parte inseparável do ser humano e se manifesta de diferentes formas, seja por meio das emoções, dos sentimentos, seja do prazer (CARVALHO et al., 2012). A sexualidade está relacionada à dimensão humana e aos processos culturais, sociais, políticos e psicológicos dos seres humanos. A OMS, em 1975, definiu a sexualidade como

Uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser sensual e ao mesmo tempo sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia a nossa saúde física e mental (OMS, 2002, p.1).

Logo, a sexualidade é “[...] parte integral da personalidade de todo ser humano” (OMS, 2002), sobretudo “[...] uma construção sociocultural e, portanto, não estática, mas sim, histórica e mutável” (FIGUEIRÓ, 2018, p.130).

A vida sexual dos adolescentes aponta dados importantes. Um estudo realizado pela OMS no ano de 2007 registrou que até 2,5 milhões de meninas entre 15 e 19 anos em países em desenvolvimento passaram por abortos, na maioria das vezes em condições inseguras. Além disso, 11% da natalidade mundial é de adolescentes, os quais apresentam maior taxa de

mortalidade materna que mulheres mais velhas (OMS, 2008), e apenas uma pequena parcela de jovens recebe orientações adequadas, o que as deixa suscetíveis à exploração, à gravidez não planejada, à coação e às IST's, inclusive ao HIV (UNESCO, 2010).

Nesse contexto, cerca de 25 milhões de abortos não seguros, que englobam os 45% de todos os abortos realizados em esfera mundial, ocorreram anualmente entre 2010 e 2014 (GUEVANE, 2017). O estudo revelou que a proibição não reduz o número de abortos, inclusive em países em que o aborto é proibido; e apenas um em cada quatro abortos é seguro. Segundo Grimes et al. (2006), cerca de 20 milhões de abortos inseguros ocorrem anualmente em todo o mundo, e 97% deles são praticados clandestinamente em países em desenvolvimento, colocando em perigo a vida da mulher.

Ainda, dados levantados pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), em 2019, revelam um cenário brasileiro impressionante, que influencia expressivamente a saúde e a saúde sexual de crianças e adolescentes: a) 90% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são registrados no ambiente familiar, sendo que 70% dos casos têm como autor o próprio pai, o padrasto ou a mãe da criança ou do adolescente (BRASIL, 2021); b) treze mulheres são assassinadas todos os dias — a maioria delas, vítima de feminicídio; c) em 2017, a cada 19 horas uma pessoa LGBTQIA+ foi assassinada (BRAGA, 2018).

Com esses dados, percebemos a importância do acesso ao conhecimento científico em Educação Sexual e sexualidade, além de um diálogo urgente sobre saúde sexual nos ambientes escolares, visto que nem todos estão isentos de violência sexual, como estupro e exploração sexual devido à orientação sexual, à expressão de gênero ou qualquer característica física. Esse é um direito de todos, expresso na Declaração dos Direitos Sexuais (WAS, 2014), entendida como a expressão de Direitos Humanos universais e fundamentais.

Compreendemos que a saúde sexual é definida como

A habilidade de mulheres e homens para desfrutar e expressar sua sexualidade, sem risco de doenças sexualmente transmissíveis, gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação, propiciando a vivência da sexualidade humana de forma positiva, informada, agradável e segura, baseada na autoestima e no respeito mútuo nas relações sexuais (BRASIL, 2006, p.37).

E a Declaração dos Direitos Sexuais (WAS, 2014) vem ao encontro do exposto

anteriormente ao apresentar os direitos sexuais e reprodutivos referentes à sexualidade humana, como: direito à diversidade, direito à identidade e à expressão de gênero, acesso a serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva, direito de estar isento ao *bullying* e a toda violência relacionada à sexualidade (WAS, 2014). Destarte, a Declaração do Direitos Sexuais reafirma a saúde sexual como

Um estado físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade; não é meramente a ausência de doença, disfunção ou enfermidade. Saúde sexual requer uma abordagem positiva e respeitosa para com a sexualidade e relacionamentos sexuais, bem como a possibilidade de ter experiências sexuais prazerosas e seguras, livres de coerção, discriminação ou violência (WAS, 2014, p.01).

Por isso, ao longo de décadas muitos estudos e grupos de pesquisa vêm apontando a urgente e necessária orientação sobre a prevenção nas escolas como um fator de proteção e promoção à saúde sexual e reprodutiva. Andrade et al. (2009) revelam que, especialmente com relação à gravidez na adolescência, os programas de Educação Sexual podem ser essenciais na geração de mudanças positivas, como o crescente uso de preservativos e contraceptivos entre as/os adolescentes.

O fomento da saúde sexual em adolescentes, que inclui a abordagem intencional da Educação Sexual nas escolas, pautada em um paradigma emancipatório<sup>4</sup>, é um artifício essencial para abarcar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), principalmente por: promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres (ODM 3); reduzir a mortalidade materna e possibilitar acesso universal à saúde reprodutiva (ODM 5); e combater o HIV e a Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (AIDS) (ODM 6) (UNESCO, 2010).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2010, p.12),

---

<sup>4</sup> Essa abordagem de Educação Sexual foi cunhada pelo professor Dr. César Aparecido Nunes (1996), docente na UNICAMP, em seu estudo de doutoramento denominado “Filosofia, Sexualidade e Educação: As Relações entre os Pressupostos Ético-Sociais e Histórico-Culturais Presentes nas Abordagens Institucionais sobre a Educação Sexual Escolar”. Tal paradigma encontra-se alicerçado ao materialismo histórico-dialético. Desse modo, concebe-se que essa educação intencional pressupõe a tomada de consciência acerca da Educação Sexual, que se realiza na medida em que, enquanto sujeitos sexuados em um mundo sexualizado, estamos sempre educando e produzindo sentidos para essa dimensão humana, a sexualidade.

Existe uma série de vantagens em implementar a educação em sexualidade no âmbito escolar através de um conjunto claro de políticas importantes para toda a escola ou de diretrizes relativas à saúde sexual e reprodutiva, igualdade de gênero (inclusive assédio sexual), violência sexual e de gênero, e bullying (inclusive discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero). Para a efetiva implementação da educação em sexualidade na escola, os professores necessitam de formação em habilidades específicas para abordar a sexualidade de maneira clara, bem como na utilização de métodos didáticos ativos e participativos.

Compreendemos que a Educação Sexual é um caminho para preparar educandos/as “[...] para viver a sexualidade de forma positiva, saudável e feliz e, sobretudo, para formá-lo como cidadão consciente, crítico e engajado nas transformações de todas as questões sociais, ligadas direta ou indiretamente à sexualidade” (GOLDBERG, 1988, p.155).

A Educação Sexual representa “[...] toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja ao nível de conhecimento de informações básicas, seja ao nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual” (FIGUEIRÓ, 2018, p.36). Outras/os autoras/es, como Carvalho et al. (2012), Melo et al. (2020) e Yared, Melo e Vieira (2020) relatam o mesmo e fazem parte de grupos de pesquisadores/as interessados na produção de conhecimento nesta área e em disponibilizar orientações para uma abordagem crítica e emancipatória sobre Educação Sexual tanto nas escolas como na formação inicial e continuada de professores/as e educadoras/es.

Para Carvalho et al. (2012, p.23), “[...] todos nós somos seres sexuados e passamos por um processo permanente de educação sexual<sup>5</sup>, independentemente de etnia, idade, sexo, religião ou cultura”. Por isso, concordamos com Werebe (1998, p.139) que “[...] a educação sexual compreende todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde o seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores, ligados à sexualidade”.

Nesse sentido, podemos perceber que várias/os autoras/es ressaltam a presença da educação sexual em nosso dia a dia e a importância de promover formações específicas nessa

---

<sup>5</sup> Essa expressão é para quem trabalha com uma Educação Sexual intencional e com vistas à emancipação, bandeira de luta na reafirmação desse processo educativo que acontece, muitas vezes, à revelia de um planejamento e de ações sistematizadas. Educadoras e educadores supõem que não educam para a sexualidade porque não planejam ações e atividades voltadas para essa temática, mas esquecem que produzem sentidos acerca da sexualidade a partir de seus corpos sexuados.

área, tendo em vista que estas, quando pautadas em paradigmas libertadores, dialógicos e emancipatórios, podem contribuir para uma reflexão-crítica de crenças, mitos e tabus, visando superar currículos ocultos<sup>6</sup> (FIGUEIRÓ, 2006, 2018; CARVALHO et al., 2012; YARED; MELO; VIEIRA, 2015; YARED; VIEIRA; MELO, 2015).

No entendimento de Carvalho et al. (2012, p.75), “[...] todos somos educadores sexuais, porque estamos vivos e nos relacionando uns com os outros”. Assim, um/a efetivo/a educador/a sexual não é aquele/a que possui “receitas” de uma sexualidade “normal-saudável”, mas aquele/a que atua como facilitador/a e problematizador/a, pautado/a em conhecimentos científicos produzidos pela área. Um/a bom/a educador/a sexual é aquele/a que explora os conhecimentos dos outros com o objetivo de conduzi-los a pensar por si mesmos, formando seus próprios valores e sendo capaz de tomadas de decisão (LÓPEZ; FUERTES, 1992; VIEIRA, 2019).

Diante de todo o exposto, compreendemos como indispensável a problematização crítica sobre saúde sexual, sexualidade, qualidade de vida e felicidade na escola, pois, segundo Triviños (2012), é papel de todas/os nós, docentes, contribuir e realizar, por meio de ações, um processo de transformação da realidade na qual estamos inseridas/os. Assim, ressaltamos a importância da formação inicial e continuada de professoras/es como espaços privilegiados para essas reflexões e ações. Machado (1994) já apontava, desde os anos 1990, que o ideal seria que todas/os nós recebêssemos uma formação em sexualidade e Educação Sexual livre de preconceitos e tabus, de modo que todas/os nós fôssemos mais abertos/as e comunicativos. Tal pensamento é corroborado por Campos, Schall e Nogueira (2013, p.337), quando afirmam que

Há de se pensar em ações e estratégias intersetoriais, particularmente, da Educação e da Saúde, direcionadas a esse público específico, respeitando suas escolhas e necessidades, compreendendo sua sexualidade, seu processo

---

<sup>6</sup> Compreendemos que o currículo oculto está sempre presente em formas não planejadas em processos de ensino e de aprendizagem (SANCHOTENE; NETO, 2006), e, muitas vezes, a comunidade escolar “[...] não está alerta ou consciente de sua presença” (LEÃO; RIBEIRO, 2013, p.280). Silva (2005, p.79) estabelece que, por meio do currículo oculto, são aprendidos “[...] atitudes e valores próprios de outras esferas sociais, como, por exemplo, aqueles ligados à nacionalidade. [...] Nas análises que consideram também as dimensões do gênero, da sexualidade ou da raça, aprende-se no currículo oculto, como ser homem ou mulher, como ser heterossexual ou homossexual, bem como a identificação com uma determinada raça ou etnia. [...] O currículo oculto ensina, ainda, através de rituais, regras, regulamentos, normas”. Portanto, o currículo oculto “[...] lida com os modos tácitos pelos quais os conhecimentos e atitudes vão sendo construídos, fora ou dentro dos conteúdos e lições previamente agendadas” (COSTA, 2009, p.53).

peçoal e sua maneira de cuidar de si e do outro, sua estrutura psíquica e a constituição da sua subjetividade, valorizando as suas ideias e oportunizando sua participação efetiva.

Já na década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) apontavam que:

O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos (BRASIL, 1997, p.84).

No ano de 2017, a Base Nacional Comum Curricular foi aprovada no Brasil, sendo este um documento “[...] de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” que todos/as os/as estudantes devem desenvolver ao longo “[...] das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)” (BRASIL, 2017, p.07).

Todavia, contraditoriamente, a abordagem intencional da saúde e sexualidade está restrita, nesse documento, aos anos finais do Ensino Fundamental e, especificamente, à área de Ciências da Natureza, na Unidade Temática de Vida e Evolução, trabalhada no 8º ano, tendo como objetivo de conhecimento “Mecanismos reprodutivos e Sexualidade”. Ou seja, retrocedendo à proposta de transversalidade, como evidenciavam os PCN’s na década de 1990, a BNCC restringe a temática à área das Ciências da Natureza e reduz (ou seria ‘autoriza’?) sua abordagem aos profissionais desse campo do conhecimento.

O documento evidencia, ainda, que é importante que as/os estudantes “[...] tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva” (BRASIL, 2018, p.327). Embora na BNCC o estudo

dos temas relacionados à sexualidade foram minimamente contemplados, segundo destaca Dr<sup>a</sup> Mary Neide Damico Figueiró (2022<sup>7</sup>), os PCN são ainda documentos orientadores e podem servir de base, primeiramente porque a ideia de transversalidade não foi extinta na BNCC, já que ela abarca 15 Temas Contemporâneos Transversais (TCT); em segundo lugar porque em vários desses temas é possível fazer um alinhamento com a Educação Sexual, como acontece, por exemplo, no TCT Saúde e no TCT Educação Ambiental. A autora também ressalta que a BNCC “não deve ser vista como um documento que substitui as orientações contidas nos PCN de 1998, mas, sim, como um documento que orienta o processo de revisão curricular à luz da legislação vigente” (FIGUEIRÓ, 2022). Desse modo, é urgente o planejamento de formação continuada referente aos temas saúde sexual, sexualidade e Educação Sexual, de maneira que as/os professoras/es tenham subsídios para abordar o tema em sala de aula, bem como a importância do engajamento das universidades nesta contribuição, a exemplo do que faz a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) via extensão desde o ano de 2003. Compreendemos que é necessária a abordagem da Educação Sexual intencional nas escolas de forma crítica e emancipatória. Freitas et al. (2017, p.1133) salientam que a Educação Sexual emancipatória é

A busca de um entendimento amplo de sexualidade, sem ser baseado em uma reprodução do que está posto, mas repensando esta temática de maneira crítica, partindo de uma reflexão acerca das abordagens sobre a sexualidade e os consequentes processos de educação sexual daí resultantes, entendidos como uma construção sócio-histórica, fruto das relações sociais entre os seres humanos no mundo, ao produzirem suas vidas.

Assim, a abordagem intencional da sexualidade é indispensável no âmbito escolar, sendo a formação das/os professoras/es essencial, pois seu trabalho é complexo e envolve lidar “[...] com a história e com as implicações socioculturais e políticas da sexualidade, com as questões de gênero na construção do masculino e do feminino” (SILVA, 2002, p.01). O trabalho da/o docente implica atentar-se ao “[...] desenvolvimento da criança, do adolescente e do adulto, enquanto construção da base dos afetos e da rede dos relacionamentos e, por fim, compreender as muitas possibilidades de interligação entres sexualidade, prazer e aprendizagem” (SILVA, 2002, p.01).

---

<sup>7</sup> Entrevista cedida pela professora Dr.<sup>a</sup> Mary Neide Damico Figueiró aos autores em abril de 2022.

## Movimentos metodológicos

A presente pesquisa ancorou-se no paradigma do materialismo histórico-dialético, que utilizou o método dialético de análise da realidade, o qual tem como objetivo observar, de forma crítica, os acontecimentos descritos por meio de algum fenômeno, de uma forma mais ampla, buscando não apenas descrever o fenômeno em si, mas suas causas e consequências, a fim de compreender a realidade em sua totalidade (DINIZ; SILVA, 2008).

Entendemos por método “[...] a compreensão ampla e articulada da qualidade da relação entre sujeito e objeto na produção do conhecimento”, e por metodologia, as técnicas que são utilizadas, isto é, “[...] a organização racional da investigação, as decisões específicas, tomadas e justificadas no contexto de uma determinada perspectiva de pesquisa” (SOUZA; MAGALHÃES; SILVEIRA, 2014, p.242). Concordamos com Sánchez Gamboa (1998, p.09) quando, na década de 1990, já ressaltava que as técnicas “[...] não são suficientes, nem se constituem em si mesmas como instâncias autônomas do conhecimento científico”, e que o método representa o caminho do conhecimento, que é mais abrangente e complexo.

O método é uma teoria de ciência em ação que implica critérios de cientificidade, concepções de objeto e de sujeito, maneiras de estabelecer essa relação cognitiva e que necessariamente remetem a teorias do conhecimento e a concepções filosóficas do real que dão suporte às diversas abordagens utilizadas (SÁNCHEZ GAMBOA, 1998, p.09).

Nesse contexto, a dialética é um modo de pensar que privilegia o reconhecimento das contradições na realidade (KONDER, 2008), e o método dialético “[...] tem como objetivo reproduzir idealmente o movimento efetivo real do objeto” (NETTO, 2016, [n. p.]). Portanto, o movimento é do objeto — que, em nosso caso, refere-se à vivência e às práticas dos/as professores participantes a partir do modo como abordam a sexualidade e a saúde sexual na escola.

Baseados no método dialético, almejamos “[...] captar do objeto a reprodução ideal do movimento real” deste objeto (YARED, 2016, p.190). Em vista disso, concordamos com Hungaro (2014, p.19) quando nos diz que essa “[...] reprodução ideal significa a reconstrução, no plano das ideias, de algo que se passou, anteriormente, na realidade”, sendo esta mesma realidade vista como processualidade, como movimento.

Consideramos importante essa breve explicitação de nossas bases epistemológicas porque a escolha metódica e metodológica “[...] é parte da concepção de ciência que o pesquisador possui”. Conseqüentemente, “[...] se o pesquisador não tiver clara sua base teórica, também não terá sua concepção de homem, mundo, sociedade e educação” (SOUZA; MAGALHÃES; SILVEIRA, 2014, p.246) — incluída aí a dimensão humana da sexualidade e de processos de Educação Sexual, os quais não estão desvinculados dessa realidade concreta.

Ainda, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, visando “[...] compreender os aspectos formadores do humano, suas relações e construções culturais e sociais, comunitárias e pessoais” (GATTI; ANDRE, 2010, p.29-30), focada na compreensão de um dado assunto, e não em um conceito numérico dos resultados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Quanto à sua natureza, configura-se como exploratória (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) e descritiva (PRODANOV; FREITAS, 2003). A pesquisa exploratória tem como objetivo propiciar maior proximidade com a problemática, com a intencionalidade de torná-la mais evidente (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Assim, um estudo exploratório permite aos pesquisadores “[...] aumentar sua experiência em torno de um determinado problema” (TRIVIÑOS, 2012, p.109). Concordamos com Triviños (2012, p.110) quando afirma que “[...] a maioria dos estudos que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva”. Logo, além de a pesquisa descritiva registrar e interpretar os fatos (PRODANOV; FREITAS, 2003), para Triviños (2012, p.110) esses estudos residem “[...] no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação [...] os métodos de ensino” etc.

O instrumento de coleta de dados constituiu-se em um questionário semiestruturado, que foi encaminhado via *e-mail* e rede social *WhatsApp* às/aos professoras/es do 6º ao 9º ano das três escolas da Rede Municipal de Ensino de um município interiorano no sul do país. A coleta de dados foi realizada virtualmente, devido à pandemia de SARS-CoV-2 (Covid-19), sendo utilizada a ferramenta *Google Forms*, preservando a saúde e a segurança das/os participantes e pesquisadoras/es. As questões foram inspiradas na taxonomia FA<sup>2</sup>IA, de Vieira e Vieira (2005).

Os sujeitos da pesquisa são 08 professoras/es efetivas/os e 14 professoras/res Admitidas/os em Caráter Temporário (ACT), de todas as áreas do conhecimento, totalizando 22 participantes, isto é, 84,61% do universo almejado (do total de 26 professoras/es). As respostas foram sigilosas e anônimas, e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética (Parecer nº 4.261.333;

CAAE 36898620.9.0000.5369). Foram realizados três testes-piloto antes da aplicação do questionário, para averiguação e ajustes do instrumento de coleta.

A técnica de análise de dados foi pautada na Análise de Conteúdo, a partir de Triviños (2012) e Bardin (2014). Essa análise representa um conjunto de técnicas de análises das comunicações entre os seres humanos que coloca em ênfase o conteúdo das mensagens, permitindo fazer inferências sobre elas. Na concepção de Bardin (2014, p.40), o verdadeiro interesse desse tipo de análise não seria a descrição dos conteúdos, mas o que “[...] nos poderão ensinar após serem tratados”, visto que “[...] a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (qualitativos ou não)”.

Triviños (2012, p.160) assevera que a inferência “[...] pode partir das informações que fornece o conteúdo da mensagem [...] ou de premissas que se levantam como resultado do estudo dos dados que apresenta a comunicação”. O autor (2012) recomenda essa técnica porque é conveniente para o estudo de motivações, atitudes, valores, crenças etc., além de contribuir para a complexidade de pesquisas embasadas no método dialético. Triviños (2012, p.159) também salienta que “[...] qualquer técnica [...] adquire sua força e seu valor exclusivamente mediante o apoio de determinado referencial teórico” — aqui expressos pela visão de mundo e de pesquisa pautada no Materialismo Histórico-Dialético e em nossa categoria principal, a Educação Sexual emancipatória.

Bardin (2014) assinala três etapas básicas para a análise de conteúdo: a pré-análise, que compreende todo o processo de coleta de dados e a organização do material; a descrição analítica, em que o *corpus* é submetido à exploração e a um estudo aprofundado; e a interpretação referencial, em que são estabelecidas relações, superando o *conteúdo manifesto* em busca do desvelamento do *conteúdo latente* que os dados possuem.

A prática docente inconsciente e acrítica em processos de Educação Sexual ancorada no currículo oculto emergiu como categoria analítica. A seguir, discorreremos sobre essa reflexão que apresenta a reprodução e a manutenção do currículo oculto em processos de Educação Sexual na vivência dos/as 22 professores/as de uma rede municipal de ensino de uma cidade do sul de Santa Catarina.

### Resultados e breve discussão

A partir do levantamento realizado junto à Secretaria de Educação do referido município, das/os 26 professoras/es que compõem o quadro docente das três escolas, 22 (vinte e dois) responderam ao questionário on-line. A seguir, apresentamos o perfil das/os participantes:

Quadro 1 - Síntese do perfil dos 22 sujeitos participantes da pesquisa

Sujeitos	Idade	Gênero	Formação	Titulação	Atuação docente (em anos)
1	58	Mulher	Letras/ Língua Port.	Especialista	20
2	45	Mulher	História	Especialista	09
3	47	Mulher	Matemática	Especialista	14
4	31	Mulher	História	Especialista	08
5	42	Homem	Educação Física	Especialista	18
6	21	Homem	Ciências Biológicas	Graduando	01
7	60	Mulher	Arte	Especialista	32
8	44	Mulher	Não informado	Especialista	04
9	42	Mulher	Ciências Biológicas	Doutora	13
10	23	Homem	Educação Física	Especialista	03
11	28	Mulher	Arte	Graduanda	06
12	37	Mulher	Geografia	Especialista	19
13	46	Mulher	Ciências Biológicas	Especialista	03
14	36	Mulher	Matemática	Mestra	17
15	36	Mulher	Letras/Língua Port/Ing.	Graduada	10
16	36	Mulher	História	Especialista	16
17	43	Mulher	Pedagogia/Artes visuais	Especialista	14
18	32	Mulher	Ciências Biológicas	Graduanda	01
19	45	Mulher	Ciências Biológicas	Especialista	24
20	51	Homem	Geografia	Especialista	20
21	29	Mulher	Letras/ Língua Port.	Especialista	09
22	26	Mulher	Pedagogia	Graduada	01

Fonte: Produção das/dos autoras/es, 2021.

As/os participantes da pesquisa apresentam formação que compreende desde a graduação em andamento até o doutoramento, e são profissionais de todas as áreas do

conhecimento do Ensino Fundamental II. Apenas uma participante não informou sua formação. Entre os sujeitos da pesquisa, oito são efetivas/os e 14 (quatorze) são ACT's (Admissão em Caráter Temporário). Destacamos que diversas/os autoras/es apontam a importância das temáticas sobre Educação Sexual na formação inicial das/dos professoras/es, a fim de que estas/es tenham subsídios para trabalhar os temas em suas aulas. Das/os 22 (vinte e dois) participantes, 8 (oito) informaram que receberam alguma informação sobre as temáticas em sua formação inicial, conforme podemos visualizar nas respostas:

- Sim, sobre sexualidade para trabalhar em sala de aula. (Prof.ª 03)
- Sim, no meu curso temos minicurso nessa área. (Prof. 06)
- Sim. Na matéria sobre sexualidade das pessoas com necessidades especiais. (Prof.ª 08)
- Sim. Seminários sobre gênero e sexualidade. (Prof.ª 09)
- Sim. Aulas de genética. (Prof.ª 13)
- Sim. Foi uma disciplina do currículo. (Prof.ª 17)
- Sim. Nas aulas de anatomia. (Prof.ª 19)
- Sim. Em palestras oferecidas pela Universidade. (Prof.ª 21)

Das/os 22 professoras/es participantes, 14 (quatorze) atuam em todas as séries/anos do Ensino Fundamental II; e 31,81% delas/es, nesse caso, sete professoras/es, mencionaram já ter participado de alguma formação continuada. Das/os sete que disseram ter realizado formação continuada, quatro não informaram a instituição de ensino. Vejamos as respostas:

- Curso na própria escola. (Prof.ª 01)
- Sim. (Prof.ª 02)
- Sim, ano passado, UNISUL. (Prof. 06)
- Sim, na graduação. (Prof.ª 09)
- No ano de 2003 fiz curso de capacitação de 8 horas pela UDESC. (Prof.ª 16)
- Sim, na FUCAP. (Prof.ª 22)
- Tive na disciplina da pós-graduação. (Prof.ª 12)

Quando questionadas/os se o tema estava contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, 10 (dez) afirmaram que o tema estava incluso; 5 (cinco) declararam que não sabiam; e 6 (seis) relataram que o tema não estava incluso. Questionamos também se na escola em que trabalham havia alguma ação e/ou projeto sobre saúde sexual e/ou Educação Sexual em andamento, e 16 (dezesesseis) participantes asseveraram que não há projeto/ação em andamento;

4 (quatro) falaram que não sabiam se existia; e 2 (duas/dois) certificaram que sim, sendo estas/es profissionais da área de Ciências Biológicas e Educação Física.

Em busca da compreensão das/os entrevistadas/os sobre saúde sexual, registramos que 72% das respostas envolveram aspectos médicos que se referiam à saúde da/o adolescente, conforme podemos observar em algumas delas:

A saúde sexual envolve a reprodução humana referente ao comportamento sexual, tanto as doenças que apresenta, quanto aos métodos contraceptivos. O acesso à informação, para que os indivíduos tenham uma vida sexual prazerosa e segura e também liberdade de decisão. (Prof.ª nº 19)

É a área que estuda a reprodução humana e o comportamento sexual. (Prof. nº 06)

Refere-se as áreas da medicina envolvidas com a reprodução humana e comportamento sexual, as doenças sexualmente transmissíveis, os métodos contraceptivos, entre outros. (Prof.ª nº16)

Ter noção de doenças sexualmente transmissíveis, acesso aos órgãos de saúde do município; higiene pessoal. (Prof.ª 08)

Abrange temas desde as formas reprodutivas até como lidar com as mesmas. (Prof.ª 09)

Se prevenir quando tiver relação sexual. (Prof.ª 22)

Outros responderam que compreendem saúde sexual como:

prevenção. (Prof.ª 02)

se prevenir quando tiver relação sexual. (Prof.ª 22)

conhecimento sobre o corpo e as IST's. (Prof.ª 05)

sexo seguro. (Prof.ª 09)

Ressaltamos a importância de se discutir a saúde sexual com as/os adolescentes, pois se faz necessária uma abordagem respeitosa e profícua, na qual os relacionamentos sexuais e a sexualidade precisam ser respeitados, livres de qualquer tipo de discriminação, violência ou coerção. Saúde sexual não é apenas a ausência de uma doença ou enfermidade, pois engloba a emoção, a mente, o físico e o social do indivíduo, e tudo isso está relacionado à sexualidade (WAS, 2014).

Ao serem questionados sobre o que compreendiam por sexualidade, 45,45% das/os professoras/es responderam que esta abrangia mais os aspectos biológicos do ser humano, como podemos conferir:

desejo sexual. (Prof.ª 22)  
faz parte do instinto. (Prof.ª 02)  
são os hormônios. (Prof. 05)  
tudo que envolve sexo. (Prof.ª 07)  
boa saúde mental sobre as transformações do corpo. (Prof.ª 01)  
conjunto de comportamentos sexuais. (Prof.ª 06)  
um tema importante, fisiológico e natural. (Prof.ª 13)  
conhecer seu corpo. (Prof.ª 14)  
é o desejo sexual humano para satisfação de suas necessidades sexuais. (Prof.ª 17)

De maneira geral, as respostas parecem apontar para a influência da vertente médico-biologista na compreensão de saúde sexual e sexualidade. Nunes (1996) cunhou cinco vertentes pedagógicas de Educação Sexual na educação brasileira, sendo quatro repressivas — entre elas a vertente médico-biologista — e uma emancipatória — a vertente dialética e política. Essas vertentes representam paradigmas de Educação Sexual que até os dias atuais orientam visões de mundo, individuais e coletivas. Compreendemos que paradigmas representam “[...] estruturas de pensamento que, de modo quase que inconsciente, comandam nosso modo de ser, de olhar, de viver, de fazer, de falar sobre as coisas e sobre nós mesmos” (AZIBEIRO, 2001, p.02). São concepções e normalmente se apresentam “[...] como um padrão, um exemplo, um modo de pensar [...] e/ou de agir no mundo” (YARED; MELO; VIEIRA, 2015, p.234).

Segundo Nunes (1996, p.139), a vertente médico-biologista representa uma compreensão de sexualidade “reducionista”, inclusive por uma concepção “higienista”, visto que “reduz a dimensão humana ontológica” a um entendimento “funcionalista”, fragmentando e dicotomizando o humano “a um conjunto de funções e aparelhos”. Podemos observar que as respostas apresentadas apontam para uma ênfase nesses aspectos, como reprodução, métodos, IST’s, órgãos, hormônios, desejo, instinto, necessidades sexuais. Isso reduz o entendimento sobre sexualidade ao sexo, centralizando-a na “dimensão procriativa” e excluindo-se “[...] a significação histórica-ontológica, ética e cultural” (NUNES, 1996, p.139).

Compreendemos que as respostas das/os professoras/es estão pautadas, mesmo que de modo inconsciente, pelo paradigma médico-biológico, por reduzirem a dimensão da sexualidade a aspectos fisiológicos e corporais. Salientamos que,

embora os conhecimentos básicos da biologia e fisiologia sejam de grande importância, é fundamental que a Educação Sexual se constitua, acima de tudo, num espaço aberto ao debate e às reflexões, que propicie oportunidades para a expressão de sentimentos, dúvidas e angústias, enfim, que estimule reflexões sobre todas as questões relacionadas direta ou indiretamente, com a sexualidade (FIGUEIRÓ, 2018, p.223).

Sendo o processo de Educação existente entre as pessoas um processo sempre de Educação Sexual, conseqüentemente também está impregnado “[...] das categorias do paradigma que se expressa na visão que delinea seu modo de ser e estar no mundo, tenhamos ou não cada um-uma de nós esta consciência” (MELO et al., 2020, p.223). Por isso, ressaltamos a importância de se compreender a sexualidade como um processo permanente, independentemente de etnia, cultura, idade ou religião, que constitui uma dimensão humana da vida, pois todos nós somos seres sexuados a todo o tempo (CARVALHO et al., 2012). Pensando nisso, destacamos as respostas a seguir:

Abrange temas relacionados ao gênero e a forma como eles interagem. (Prof.ª 10)

É um conjunto de comportamentos referentes as suas escolhas e seu jeito de ser. (Prof.ª 12)

Sexualidade é a personalidade de cada um, é uma necessidade básica de sentir e ser sentido. (Prof.ª 15)

É uma característica experimentada por todo ser humano e não necessita de relação com o sexo, uma vez que se define pela busca de prazeres, sendo estes não apenas os explicitamente sexuais. Pode-se entender como constituinte de sexualidade, a necessidade de admiração e gosto pelo próprio corpo. (Prof.ª 16)

Conceito de sexualidade é algo bem complexo. Não é determinado apenas pelo sexo feminino/masculino. Vai muito além e tem influência de vários fatores: biológicos, psicológicos, sociais, culturais. (Prof.ª 18)

Envolve autoconhecimento do indivíduo com relação a interação social, possibilita conhecer o outro e a si mesmo. (Prof.ª 19)

Essas respostas indicam um possível entendimento sobre sexualidade como parte integral dos sujeitos. Observamos também que a maioria dessas respostas são de docentes que vivenciaram alguma formação intencional sobre sexualidade durante sua formação, como é o caso das professoras 18 e 19 (durante a formação inicial) e das professoras 12 e 16 (durante a formação continuada).

A respeito da abordagem dos temas ‘saúde sexual’ e ‘sexualidade’ em suas aulas, 9 (nove) professoras/es informaram que não abordam intencionalmente o tema; 5 (cinco) falaram que versam pouco sobre a temática; e 7 (sete) expuseram que tratam, em suas aulas, sobre o tema. Das/os 7 (sete) professoras/es que abordam a temática, 5 (cinco) informaram como realizam a abordagem:

Às vezes sim. Os próprios alunos têm interesse sobre questões de gênero e sexualidade. (Prof.<sup>a</sup> 04)

Sim. Considero que o sexo faz parte do desenvolvimento humano e abordo de forma tranquila com o 8º e 9º ano. (Prof.<sup>a</sup> 09)

Sim. Vídeos, slides e principalmente rodas de conversa. (Prof.<sup>a</sup> 13)

Sim. Através de metodologias de cunho científico, retratando também os fatores psicológicos envolvidos na puberdade e adolescência. Busco esclarecer dúvidas e desenvolver profilaxias para as doenças sexuais, bem como métodos contraceptivos (Prof.<sup>a</sup> 19).

Tanferi (2013) destaca que, ao abordar o comportamento sexual, a tarefa da/o professora/o é desenvolver habilidades e estimular as/os estudantes a pensarem sobre essas questões fora da sala de aula e/ou da escola, proporcionando um espaço para elas/es falarem, questionarem e se expressarem de forma crítica, reflexiva e emancipatória. Assim, serão capazes de utilizar todos esses conhecimentos específicos e adotar comportamentos saudáveis relacionados ao corpo e à existência, a partir do despertar da construção da prática ativa, da segurança e da responsabilidade. Além disso, conforme salientam Melo et al. (2020) e preconiza a Declaração dos Direitos Sexuais (WAS, 2014), compreendemos que as respostas acima apontam para docentes que, conscientes ou não, visam desenvolver atividades intencionalmente sobre a temática, empenhando-se na garantia pelo direito do acesso a uma Educação Sexual Esclarecedora (WAS, 2014) às/aos suas/seus estudantes.

Quando questionadas/os se existiam dificuldades e/ou desafios para abordar as temáticas ‘saúde sexual’ e ‘sexualidade’ intencionalmente em sala de aula, 17 (dezessete) professoras/es informaram que sim, e 5 (cinco) disseram que não encontram dificuldades. Entre as/os que encontram dificuldades em abordar o tema, destacamos a resposta a seguir: “Sim, há muitas barreiras em volta deste tema, que envolvem questões religiosas, culturais, políticas... que acabam por impedir a inserção como algo necessário e natural para ser

trabalhado em sala de aula” (Prof.<sup>a</sup> nº 18).

Concordamos com a professora nº 18 ao apontar que “as barreiras enfrentadas são muitas” para a abordagem intencional da saúde sexual e da sexualidade, especialmente no que diz respeito às abordagens críticas e emancipatórias. Porém, pautados no referencial teórico supracitado, compreendemos que, quando “impedimos” a “inserção” das temáticas na escola — por sermos seres humanos sexuados, a sexualidade é uma dimensão humana da vida, portanto inseparável do existir humano —, não nos damos conta de que a abordagem continua existindo, mas por meio do currículo oculto, da omissão e da repressão. Figueiró (2018, p.221) ao se questionar, por exemplo, sobre por que não é fácil falar sobre sexo, reflete sobre um comentário comum de docentes: “não teve Educação Sexual, nem em casa e nem na escola”. A respeito disso, o autor afirma:

Isto está errado, pois todos tivemos Educação Sexual sempre, ou seja, aprendemos sobre o corpo, o sexo e a sexualidade pelos olhares de reprimenda, pelos frequentes atos de desconversar, pelas falas em formas de subterfúgios e mesmo por meio do silêncio dos adultos responsáveis por nos educar. Só o fato dos adultos não conversarem com as crianças e com os adolescentes sobre o tema já ensina algo, ou seja, ensina que sexo é um assunto do qual não se fala, um assunto feio etc (FIGUEIRÓ, 2018, p.222).

Logo, compreendemos que o não falar é sempre um falar enfático. Afinal, somos sempre educadoras/es sexuais uns dos outros, em todos os momentos e em todos os lugares; queiramos ou não, saibamos ou não (CARVALHO et al., 2012; YARED, 2016; MELO, 2019). Em relação aos motivos dessas dificuldades e/ou desafios para abordar a temática, predominou nas respostas das/os participantes o “receio da repercussão do assunto na família do aluno”, como mostra o Gráfico 01. Outro motivo que teve destaque foi: “o tema me incomoda/constrange”.

Gráfico1 – Motivos das dificuldades e/ou desafios para abordar as temáticas



Fonte: Produção das/dos autoras/es, 2021.

Concordamos com Figueiró (2018, p.140) quando ressalta que a “[...] interação família-escola é fundamental, tanto no início, quanto no decorrer de todo trabalho”. Todavia, nos tempos atuais (século XXI), há um “[...] (re)fortalecimento de ações de grupos conservadores, na tentativa de imposição de padrões desumanizadores estruturados e ditos hegemônicos<sup>8</sup>” (MELO et al., 2020, p.213).

E isso se evidencia no Brasil em Projetos de Lei que preveem a perda de direitos humanos e a vigência de retrocessos sociais, a exemplo do “Escola Sem Partido”. Representam propostas que visam combater “ideologias nas escolas”, almejando uma dita “neutralização escolar” (AÇÃO EDUCATIVA, 2016). Esses movimentos deram origem ao “pânico moral” (FIGUEIRÓ, 2018) ao estimularem a perseguição e a criminalização aos profissionais da Educação — especialmente aquelas/es que abordam intencionalmente as temáticas de sexualidade e gênero nas escolas

<sup>8</sup> Compreendemos com Rego (2014) que “a desumanização aparece como um conjunto de discursos e práticas de uns sobre outros, de opressores sobre oprimidos, por meio de ações violentas ou de descaracterizações e desconsiderações do outro como “humano”; ou mesmo considerando o outro como “detentor” de outro tipo de humanidade que não aquela imposta pelo modelo vigente, com o intuito de subjugar-lo e/ou eliminá-lo. A desumanização pode aparecer sob várias perspectivas na história ocidental” (p.05).

(SILVA; YARED, 2019). Conseqüentemente, produzem repercussões negativas, medos e insegurança às/aos docentes.

Podemos perceber aqui, novamente, uma necessidade efetiva de se promover a formação continuada sobre o tema às/aos professoras/es, pois a abordagem da sexualidade é complexa, envolvendo a história, suas implicações políticas e culturais. É preciso que os docentes compreendam as mais diversas conexões entre sexualidade, prazer e aprendizagem (SILVA, 2002). Tanferi (2013) justifica a/o dificuldade/receio das/os professoras/es como parte da construção social, sugerindo que, para se trabalhar essas temáticas, é imprescindível, inicialmente, desenvolver reflexões sobre si mesmo, reconstruindo-se como pessoa e profissional. Isto é, trata-se de vivenciar um processo de “reeducação sexual” (CABRAL, 1995; NUNES, 2005; YARED, 2016; FIGUEIRÓ, 2018).

Nunes (2005, p.16) asevera que “Toda Educação Sexual implica uma reeducação sexual, e envolve pessoa, valores e comportamento”, porque educar sexualmente “[...] significa levar em conta e ajudar a reconstruir todas as informações e formação, atentando principalmente para as distorcidas e as negativas, que o indivíduo já recebeu e vem recebendo na vida, seja na escola, na família ou na sociedade de maneira em geral” (FIGUEIRÓ, 2018, p.36). Destarte, para “[...] se trabalhar o tema da sexualidade e forma responsável, intencional e fundamentada por um paradigma voltado à emancipação dos sujeitos é imprescindível estudo, dedicação, reflexão crítica e ressignificação de si e de sua visão de mundo” (YARED, 2016, p.77).

Ademais, as/os participantes da entrevista também foram questionados se a Secretaria de Educação do referido município dava suporte às/aos professoras/es que queriam abordar as temáticas ‘saúde sexual’ e ‘sexualidade’ nas escolas: 12 (doze) responderam que sim; 4 (quatro) exprimiram que não; e outros 4 (quatro) afirmaram que não sabiam. Uma resposta nos chamou muito a atenção e a apresentamos a seguir: “Nas duas vezes que abordei, o trabalho foi questionado e solicitaram meu planejamento” (Prof.<sup>a</sup> 16).

Ressaltamos a importância da formação — inicial e continuada — para que as/os docentes possam abordar as temáticas ‘sexualidade’ e ‘saúde sexual’ com responsabilidade técnica, segurança teórico-metodológica e tranquilidade em suas aulas. Afinal, por ser um tema complexo, também necessita de estudo, dedicação e de um processo de “reeducação sexual”.

Sobre a formação de professoras/es, 20 (vinte) das/os participantes informaram que

consideram importante que a Secretaria de Educação do referido município ofereça formação sobre a temática, e duas/dois responderam que não consideram relevante esse processo de formação:

Não. Quem faz esse trabalho na rede municipal são os assistentes sociais e psicólogos. Não há necessidade de formação aos professores (Prof. nº 07).  
Não. A orientação escolar deve ser científica. Existem alunos de religiões e realidades muito diferentes nas escolas, esse assunto traz particularidades de cada um, o tema é polêmico e *deve ser tratado com a família*, cabe ao professor direcionar o assunto e explicar o conteúdo de forma científica, não especificando os atos dos alunos (Prof. nº 14, grifos nossos).

Ressaltamos que o comentário da professora nº 14 é muito comum, pois, à luz do referencial teórico supracitado, mobilizar essa temática em sala de aula representa, na maioria das vezes, a expropriação daquilo que muitas/os de nós vivenciamos em relação à sexualidade, como dimensão humana da vida, em nosso processo de constituição como sujeitos sexuados no mundo. Esse processo de alienação desumanizadora influencia diretamente nossa capacidade de pensar de maneira crítica e reflexiva e, dessa maneira, não compreendemos que a Educação Sexual também “[...] é um campo de produção de conhecimentos científicos, com rigor metódico e metodológico como qualquer outra área científica” (MELO et al., 2020, p.214).

Para nós, a Educação Sexual é responsabilidade tanto da família quanto da escola. Figueiró (2018, p.154, grifos nossos) afirma que

[...] se educadores não estiverem seguros de que a tarefa também é sua não conseguirão fazer um trabalho de qualidade e com comprometimento e paixão. E vale dizer que a tarefa também é da escola porque ela tem como um de seus objetivos a formação integral de seus alunos e também porque faz parte dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos, *o direito de todos à informação*.

Consideramos, portanto, que a abordagem da Educação Sexual formal e sistemática é urgente no âmbito escolar, e autoras/es como Figueiró (2006, 2018), Carvalho et al. (2012), Leão e Ribeiro (2013), Yared, Melo e Vieira (2015), Yared, Vieira e Melo (2015), Yared (2016), Melo et al. (2020), entre outros, sinalizam a importância de se superar o currículo oculto para abordar a sexualidade de forma crítica e emancipatória, para que a/o estudante, e também os/as docentes, tenham qualidade de vida e saúde sexual.

## Considerações

Este estudo objetivou investigar como a saúde sexual e a sexualidade estão sendo abordadas por professoras/es do EF II de uma rede municipal de ensino no Sul de Santa Catarina. Registramos as dificuldades e desafios que essas/es docentes encontraram para abordar essas temáticas transversalmente nos currículos escolares, levando em consideração que “[...] a vida é transversal e a temática da sexualidade transversaliza todos os processos educativos” (YARED; MELO, 2018, p.384).

Salientamos que o estudo buscou investigar *como* a temática é abordada, ou seja, as possíveis práticas realizadas pelos/as professores/as nas escolas. Constatamos, a partir da análise dos dados, as quais nos permitiram perceber a vivência dos/as docentes (suas práticas e compreensões), que essas temáticas são abordadas por meio do currículo oculto.

O método dialético contribuiu para identificar contradições nas falas das/os participantes durante a busca por essas abordagens. Isto é, mesmo afirmando que não desenvolvem intencionalmente processos de Educação Sexual nas escolas, as/os professoras/es continuam a educar sexualmente as/os estudantes, mas de forma não consciente e acrítica. Afinal, o silêncio, o *não falar*, representa um falar enfático. Conseqüentemente, esse é um reflexo da ausência de uma formação inicial e continuada sobre a temática, com vistas à emancipação dos sujeitos por meio da denúncia de currículos ocultos nas práticas pedagógicas.

Podemos perceber, a partir dos resultados, que as temáticas ‘saúde sexual’ e ‘sexualidade’, naquele contexto, ainda não são abordadas de forma crítica e emancipatória. Reafirmamos que a Educação Sexual continua sendo trabalhada nas escolas por meio do currículo oculto, o que mostra a importância de o tema ser discutido intencionalmente, pautado no paradigma emancipatório, de modo a desenvolver o pensamento crítico e reflexivo de docentes e discentes.

Registramos que muitas/os professoras/es ainda não se sentem preparadas/os para trabalhar a temática superando crenças e tabus, o que torna extremamente necessária a oferta de capacitações e formações continuadas, a fim de que elas/es tenham subsídios científicos sobre o assunto. A maior parte das/os professoras/es justifica seu despreparo para discutir as

temáticas ‘saúde sexual’ e ‘sexualidade’ em sala de aula com o argumento de que receiam a repercussão do assunto na família das/os estudantes. É possível verificar, nessas falas, paradigmas repressivos e reducionistas da sexualidade. Ainda, muitas/os dessas/es professoras/es justificaram também seu despreparo por falta de capacitação durante sua formação inicial em seus respectivos cursos de licenciatura/graduação.

Esperamos que esse estudo colabore para pesquisas futuras e auxilie na reflexão sobre a formação das/os professoras/es como educadoras/es sexuais intencionais, com embasamento num paradigma emancipatório, promovendo intervenções educativas a partir de conhecimentos científicos. Além disso, almejamos que as/os professoras/es do referido município, *locus* da pesquisa, sejam oportunizadas/os a uma formação continuada reflexiva sobre a sexualidade humana, de modo que possam alcançar competências e habilidades para uma abordagem intencional, reflexiva e emancipatória da Educação Sexual.

### Referências

AÇÃO EDUCATIVA (org.). *A ideologia do movimento escola sem partido*: 20 autores desmontam o discurso. – São Paulo: Ação Educativa, 2016.

ANDRADE, H. H. *et al.* Changes in sexual behavior following a sex education program in Brazilian public schools. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.25, n.5, p.1168-1176, 2009.

AZIBEIRO, N. E. Movimentos sociais, paradigma da complexidade e intercultura: algumas considerações para discussão em sala de aula. *Cadernos do NEPP*, Florianópolis, n.1, maio 2001.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edição 70, 2014.

BRAGA, M. Direito a educação em sexualidade e relações de gênero no Brasil: parâmetros legais para atuação nas escolas. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO SEXUAL*, 5., 2018. *Anais [...]*. Londrina, 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996*. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=1585CB40CB70F16A655332E4B7D84995.proposicoesWeb1?codteor=490199&filename=LegislacaoCitada+-PL+1686/2007](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1585CB40CB70F16A655332E4B7D84995.proposicoesWeb1?codteor=490199&filename=LegislacaoCitada+-PL+1686/2007). Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional*. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CABRAL, J. T. *A sexualidade no mundo ocidental*. Campinas: Papyrus, 1995.

CAMPOS, H. M.; SCHALL, V. T.; NOGUEIRA, M. J. Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: interlocuções com a pesquisa nacional de saúde do escolar (PeNSE) *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v.37, n.97, p.336-346, 2013.

CARVALHO, G. M. D. *et al. Educação e sexualidade*. 2. ed. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2012.

COSTA, G. E. *Aonde se esconde o currículo oculto?: dispositivos e rituais que silenciam vozes no currículo escolar*. 2009. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009.

DINIZ, C. R.; SILVA, I. B. *O método dialético e suas possibilidades reflexivas*. Campina Grande, Natal: UEPB/UFRN – EDUEP, 2008.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. Londrina: Eduel, 2006.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação sexual: saberes essenciais para quem educa*. Curitiba: CRV, 2018.

FREITAS, M. *et al.* Curso de formação de professores(as) por meio do programa educação sexual em debate na rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: algumas reflexões sobre os caminhos percorridos. *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v.12, n.2, p.1130-1141, 2017.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: PFAFF, N.; WELLER, W. (org.). *Metodologia da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes, 2010, p.29-38.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOLDBERG, M. A. A. *Educação sexual: uma proposta, um desafio*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GRIMES, D. A. *et al.* Abortion: the preventable pandemic. *The Lancet*, [S. l.], v.368, p.1.908-1.919, 2006.

GUEVANE, E. OMS diz que 25 milhões de abortos inseguros são praticados por ano. *ONU News*, Nova Iorque, 28 de setembro de 2017. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/09/1595981-oms-diz-que-25-milhoes-de-abortos-inseguros-sao-praticados-por-ano>. Acesso em: 18 jul. 2022.

HEILBORN, M. L. *et al.* *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Garamond Universitária, 2006.

HUNGARO, E. M. A questão do método na constituição da teoria social de Marx. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (org.). *O método dialético na pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados; Brasília: Faculdade de Educação, UnB, 2014, p.15-78.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M. A (in)existência da sexualidade no curso de pedagogia: o currículo oculto em evidência. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v.8, n.1, p.275–290, 2013.

LÓPEZ, F.; FUERTES, A. *Para entender a sexualidade*. São Paulo: Loyola, 1992.

MACHADO, J. C. F. *Educação sexual: sexo com liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, S. M. M. Reflexões sobre possibilidades de educação sexual intencional emancipatória nas instituições escolares. In: DESIDÉRIO, R. *et al.* (org.). *Interseccionalidade e transgressões em educação sexual*. Londrina: Syntagma Editores, 2019, p.41-52.

MELO, S. M. M. *et al.* Educação sexual e produção de conhecimento: reflexões sobre o trabalho integrado de dois grupos de pesquisa. *Humanidades e Inovação*, Tocantins, v.7, n.27, p.212-225, 2020.

NETTO, J. P. *Introdução ao método de Marx*: palestra proferida ao programa de pós-graduação em política social (ppgps) da UNB em 19/04/2016: primeira parte. 1 vídeo (170 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8>. Acesso em: 18 abr. 2022.

NUNES, C. A. *Filosofia, sexualidade e educação*: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. 1996. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

NUNES, C. A. *Desvendando a sexualidade*. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde - OMS. *Consulta técnica sobre saúde sexual da OMS: minuta de definições de trabalho: gênero e direitos reprodutivos*, 2002. Disponível em: <http://www.who.int/reproductivehealth/gender.glossary.html>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde – OMS. *Inequalities in young people's health: Health Behavior in School- Aged Children*. International Report from 2005-2006. Health Police for Children and Adolescents. n.5; 2008.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REGO, P. L. *Caminhos da desumanização: análises e imbricamentos conceituais na tradição e na história ocidental*. 2014. 170f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014;

SÁNCHEZ GAMBOA, S. *Epistemologias da pesquisa em educação*. Campinas: Praxis, 1998.

SANCHOTENE, M. U.; NETO, V. M. Habitus profissional, currículo oculto e cultura docente: perspectivas para a análise da prática pedagógica dos professores de Educação Física. *Pensar a Prática*, [S. l], v.9, n.2, p.267-280, jul./dez. 2006.

SILVA, E., YARED, Y. B. BINSEX: uma proposta de bingo como recurso didático em abordagem crítica da educação sexual. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v.14, n.2 esp., p.1580-1600, jul. 2019.

SILVA, R. C. *Orientação sexual: possibilidade de mudança na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, R. C. C. R.; MAGALHÃES, S. M. O.; SILVEIRA, M. J. A tradição do materialismo histórico-dialético na produção acadêmica sobre professores. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (org.). *O método dialético na pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados; Brasília: Faculdade de Educação, UnB, 2014.

TANFERI, J. A. *O papel da educação na sexualidade do indivíduo: a educação sexual na escola*. Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus de Jacarezinho, 2013. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_uenp\\_cien\\_pdp\\_jorgina\\_aparecida\\_tanferi.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_cien_pdp_jorgina_aparecida_tanferi.pdf). Acesso em: 22 abr. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em*

educação. São Paulo: Atlas, 2012.

UNESCO. *Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde*. 2010. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281_por). Acesso em: 22 abril 2022.

VIECELI, L. Adolescentes diminuem uso de camisinha em relações sexuais, indica IBGE. *Folha de São Paulo*, 13 de julho de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/adolescentes-diminuem-uso-de-camisinha-em-relacoes-sexuais-indica-ibge.shtml> Acessado em: 18/07/2022.

VIEIRA, R. M. Para uma educação sexual com pensamento crítico. In: BRUNS, M. A. T.; MELO, S. M. M.; ZERBINATI, J. P. (org.). *Discursos contemporâneos acerca da sexualidade e educação sexual: a realidade nos laços da utopia*. Curitiba: CRV, 2019.

VIEIRA, R. M.; VIEIRA, C. *Estratégias de ensino/aprendizagem: o questionamento promotor do pensamento crítico*. Instituto Piaget: Lisboa, 2005. (Coleção Horizontes Pedagógicos).

WAS. *Declaração dos direitos sexuais*. 2014. Disponível em: <http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

WEREBE, M. J. G. *Sexualidade, política e educação*. Campinas: Autores Associados, 1998.

WORLD Health Organization - WHO. *Inequalities young people's health: key findings from the health behaviour in school-aged children (HBSC) 2005/2006 survey fact sheet [Internet]*. Copenhagen: World Health Organization, 2008.

YARED, Y. B.; MELO, S. M. M. Educação sexual e professores de um curso de medicina: a vivência numa proposta de inovação curricular. *Poiésis*, Tubarão, v.12, n.22 p.368-387, jun./dez. 2018.

YARED, Y. B.; MELO, S. M. M.; VIEIRA, R. M. Relevância do pensamento crítico para a educação sexual intencional emancipatória. In: DOMINGUEZ, C. (org.). *Pensamento crítico na educação: desafios atuais*. Vila Real: UTAD, 2015, p.233-239.

YARED, Y. B.; VIEIRA, R. M.; MELO, S. M. M. Princípios e orientações para uma proposta de programa de formação docente de educação sexual emancipatória promotora do pensamento crítico. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 16., 2015. *Anais [...]*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015, p.156-160.

YARED, Y. B.; MELO, S. M. M.; VIEIRA, R. M. A importância do pensamento crítico em inovações curriculares: interface com a educação sexual emancipatória. *Educação*, Santa Maria, v.45, e36, p.1-29, 2020.

YARED, Y. B. *Do prescrito ao vivido: a compreensão de docentes sobre o processo de educação*

sexual em uma experiência de currículo integrado de um curso de Medicina. 2016. 443f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Recebido em setembro 2021.

Aprovado em julho 2022.